

Estudo da Universidade Coimbra alerta para fraca qualidade ecológica dos rios em todo o mundo

22 de Fevereiro, 2021

Uma equipa de 29 peritos de todos os continentes, liderada por Maria João Feio, do Centro de Ciências do Mar e do Ambiente (MARE) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), fez o ponto da situação sobre a qualidade ecológica dos rios no mundo, constatando-se “fraca qualidade” e a sua “elevada perda de biodiversidade”.

O artigo científico, publicado na revista *Water*, intitulado “The Biological Assessment and Rehabilitation of the World’s Rivers: An Overview”, revela que cerca de metade dos troços ou rios analisados encontra-se abaixo do nível aceitável na Europa e nos Estados Unidos, um terço na Austrália e um quarto na Coreia do Sul, lê-se no comunicado da Universidade de Coimbra.

Uma das consequências da fraca qualidade ecológica dos rios “é uma perda muito elevada de biodiversidade. Por exemplo, na Nova Zelândia 70% das espécies de peixes de água doce estão em perigo, enquanto no Japão 40% estão ameaçadas. Noutros países a monitorização físico-química mostra um grau de poluição muito elevado que põe em risco a saúde humana”, assinala Maria João Feio.

Os cientistas avaliaram também o estado de implementação da biomonitorização dos rios, ou seja, a avaliação dos rios com base nas comunidades aquáticas – por exemplo, peixes, invertebrados bentónicos, algas ou outras plantas –, e as medidas que estão a ser tomadas para os recuperar, tendo concluído que, “na maioria dos países do mundo, a monitorização biológica dos rios de forma regular não está a ser feita. Numa grande parte dos países existe, no máximo, uma análise físico-química da água o que é insuficiente para traduzir a degradação destes sistemas resultantes das ações humanas (tais como a artificialização das margens, corte de vegetação, presença de espécies não nativas e espécies invasoras, açudes e barragens que alteram a circulação da água, sedimentos e espécies ao longo das bacias hidrográficas)”, expõe a investigadora.

Em relação à implementação de medidas de reabilitação dos rios, o panorama também não é animador. Segundo os autores do estudo, “apesar de existirem bons exemplos, tanto na Europa (principalmente no norte) como nos Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul, concluímos que a este nível muito pouco tem sido feito a nível global”.

De acordo com Maria João Feio, “se recuperados, os rios podem fornecer serviços muito importantes às pessoas, desde o fornecimento de água e alimento, e contribuir para a melhoria da qualidade do ar, do solo, a mitigação de extremos climáticos e ainda proporcionar zonas de lazer essenciais ao bem-estar humano”.

No que respeita aos rios portugueses, a investigadora diz que seguimos o padrão europeu, “com cerca de metade das massas de água analisadas em bom estado ecológico”. E, acrescenta, “temos situações muito críticas ao nível dos grandes rios que estão muito alterados por barragens. Em todo o país, existem ainda casos de poluição pontual e difusa e também fortes alterações na vegetação ribeirinha, que é essencial tanto para o funcionamento do ecossistema aquático como para melhorar a qualidade do ar e do solo e filtrar as águas de escorrência que vão ter aos rios”.

Tendo em vista a melhoria da qualidade dos rios, a equipa internacional de peritos produziu ainda um conjunto de recomendações, destacando-se, por exemplo, “a necessidade de definição de objetivos ecológicos realistas e claros para os planos de reabilitação e restauro; a obrigatoriedade de fazer planos de reabilitação/restauro ecológico com base em dados recolhidos, a priori, em programas de monitorização e fazer o acompanhamento desses planos também com monitorização ecológica”.

Os especialistas defendem ainda a necessidade da criação de equipas interdisciplinares na elaboração dos referidos planos – cientistas conhecedores dos ecossistemas, engenheiros e ainda cientistas sociais –, de modo a “permitir envolver todos os tipos de utilizadores da água (população, indústria, decisores) num objetivo comum”. Essencial é ainda “existir financiamento adequado e que a recuperação dos rios seja colocada nas prioridades políticas nacionais e internacionais”, rematam.